

PARA "LEIA"

Não me parece possível a nenhum educador ou educadora que assuma a responsabilidade de coordenar os trabalhos de uma Secretaria de Educação, não importa de que Cidade ou Estado, escapar ao desafio dos déficits que a educação brasileira experimenta. De um lado, o quantitativo; do outro, o qualitativo. A insuficiência de escolas para atender à procura de crianças em idade escolar, que ficam fora delas, ou a inadequacidade do currículo entendido o conceito no máximo de sua abrangência. É importante salientar também que uma política educacional crítica não pode entender mecanicamente a relação entre estes déficits - o da quantidade e o da qualidade, mas compreendê-los, dinamicamente, contraditoriamente. É impossível atacar um destes déficits sem despertar a consciência do outro. Se se amplia a capacidade de atendimento das escolas em face da demanda, cedo ou tarde haverá pressão no sentido da mudança do perfil da escola. Se se tenta a democratização da escola, do ponto de vista de sua vida interna, das relações professoras - alunos, direção - professores, etc. e de suas relações com a comunidade em que se acha, se se busca mudar a cara da escola, cresce, necessariamente, a procura a ela.

Se não apenas construirmos mais salas de aula mas também as mantemos bem cuidadas, zeladas, limpas, alegres, bonitas, cedo ou tarde a própria boniteza do espaço requer outra boniteza: a do ensino competente, a da alegria de aprender, a da imaginação criadora tendo liberdade de exercitar-se, a da aventura de criar.

É fundamental, creio, afirmar uma obviedade: os déficits referidos da educação entre nós castigam sobretudo as famílias populares. Entre os oito milhões de crianças sem escola no

Brasil não há meninos ou meninas das famílias que comem, vestem e sonham. E mesmo quando, do ponto de vista da qualidade, a escola brasileira não atenda plenamente às crianças chamadas "bem nascidas", são as crianças populares - as que conseguem chegar à escola e nela ficar - as que mais sofrem a desqualidade da educação.

Tomemos aqui e agora, nesta conversa, um momento apenas e muito importante, da prática educativa, o da avaliação, o da aferição de saber. Os critérios de avaliação do saber dos meninos e meninas que a escola usa, intelectualistas, formais, livrescos, necessariamente ajudam as crianças das classes sociais, chamadas favorecidas, enquanto desajudam os meninos e meninas populares. E na avaliação do saber das crianças, quer quando recém - chegam à escola, quer durante o tempo em que nela estão, a escola, de modo geral, não considera o "saber de experiência feito" que as crianças trazem consigo. Mais uma vez, a desvantagem é das crianças populares. É que a experiência das crianças das classes médias, de que resulta sem vocabulário, sua prosódia, sua sintaxe, sua, afinal, competência linguística, coincide com o que a escola considera o bom e o certo. A experiência dos meninos populares se dá preponderantemente não no domínio das palavras escritas mas no da carência das coisas, no dos fatos, no da ação direta.

Democratizando mais seus critérios de avaliação do saber a escola deveria preocupar-se com preencher certas lacunas de experiência das crianças, ajudando-as a superar obstáculos em seu processo de conhecer. É óbvio, por exemplo, que crianças a quem falta a convivência com palavras escritas ou que com elas têm pequena relação, nas ruas e em casa, crianças cujos pais não leem livros nem jornais, tenham mais dificuldades em passar da linguagem oral à escrita. Isto não significa, porém, que a carência de tantas coi-

sas com que vivem crie nelas uma "natureza" diferente, que determine sua incompetência absoluta.

Um sonho que tenho, entre um sem número de outros, é "semear" palavras em áreas populares cuja experiência social não seja escrita. Os grafiteiros que fazem tanta coisa bonita nesta cidade bem que poderiam ajudar, na realização desta são loucura como homens da indústria e do comércio poderiam financiá-lo.

No Chile, quando lá vivi no meu tempo de exílio, os "semeadores de palavras" em áreas de reforma agrária foram os próprios camponeses alfabetizando, que as "plantavam" nos troncos das árvores, às vezes, no chão dos caminhos.

Gostaria de acompanhar uma população infantil envolvida num projeto assim e observar seus passos na experiência da alfabetização.

Mas, voltemos ao começo de nossa conversa. Ao assumir a Secretaria de Educação da cidade de São Paulo não poderia deixar de estar atento aos déficits de que estamos falando. De qualquer maneira, antes mesmo de pensar na construção de salas de unidades escolares à altura da demanda - caso dispuséssemos, para este ano, de dotações orçamentárias ou recursos extraordinários, teríamos de enfrentar o desafio enorme com que a administração anterior nos brindou. Cerca de cinquenta escolas em estado deplorável - tetos caindo, pisos afundando, instalações elétricas provocando risco de vida; quinze mil conjuntos de carteiras escolares arrebitadas, um sem número de escolas sem uma carteira escolar, sequer. É impossível pedir aos alunos de escolas tão maltratadas assim e não por culpa de suas diretoras, de suas professoras, de seus zeladores ou deles, que as zelem. Nem uma das diretoras de todas estas escolas quase devastadas deixou de solicitar várias vezes a quem de direito o reparo das mesmas. Pretendo a partir de março próximo realizar comícios ou assembléias pedagógico - políticas nas áreas populares em que mostrarei em vídeo o estado em que recebemos estas escolas con

vidando o povo para uma participação efetiva no cuidado da coisa pública.

Por todo este ano pretendemos sobretudo restaurar as unidades arrasadas, fazendo o possível para manter cuidada a rede toda.

Ao mesmo tempo, porém, começamos a trabalhar seriamente com vistas à reformulação do currículo de nossas escolas, cuja coordenação entreguei à professora Ana Maria Saul, da PUC, uma das mais competentes especialistas brasileiras em Teoria do Currículo.

Pretendemos na verdade mudar a "cara" de nossa escola. Não pensamos que somos os únicos ou os mais competentes, mas sabemos que somos capazes e que temos decisão política para fazê-lo. Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá constituindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo.

Evidentemente, para nós, a reformulação do currículo não pode ser algo feito, elaborado, pensado por uma dúzia de iluminados cujos resultados finais são encaminhados em forma de pacote para ser executados de acordo ainda com as instruções e guias igualmente elaborados pelos iluminados. A reformulação do currículo é sempre um processo político-pedagógico e para nós, substantivamente democrático.

Considerando o que há na prática educativa de gnosiológico, de político, de científico, de artístico, de ético, de social, de comunicação, começamos a constituir durante janeiro e fevereiro grupos de especialistas, sem ônus para a Secretaria, professores e professoras do mais alto nível, da PUC, da USP e da UNICAMP,

com quem vimos aprofundando interdisciplinarmente uma compreensão crítica da prática educativa.

Físicos, matemáticos, biólogos, psicólogos, linguístas, sociólogos, Teóricos da política, arte - educadores, filósofos, juristas envolvidos em programas de direitos humanos e, mais recentemente, uma equipe de educadores e fisiólogos que trabalham a problemática da sexualidade. No fim deste mês teremos a primeira reunião com todas estas equipes quando faremos uma avaliação do trabalho até agora realizado.

No começo de março estaremos, através das diferentes instâncias da Secretaria estabelecendo diálogo franco, aberto, com diretoras, coordenadoras, supervisoras, professoras, zeladores, merendeiras, alunos, famílias, lideranças populares. Esperamos com estes encontros ajudar a formação e a solidificação dos Conselhos de Escola.

Numa perspectiva realmente progressista, democrática e não autoritária, não se muda a "cara" da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente: A Administração precisa testemunhar ao corpo docente que o respeita, que não teme revelar seus limites a ele, corpo docente. A Administração precisa deixar claro que pode errar. Só não pode é mentir.

Outra coisa que a Administração tem de fazer em decorrência de seu respeito ao corpo docente e à tarefa que ele tem é pensar, organizar e executar programas de formação permanente, contando inclusive com a ajuda dos cientistas com quem temos trabalhado até agora. Formação permanente que se funde, sobretudo, na reflexão sobre a prática. Será pensando a sua prática, por exemplo, de alfabetizadora, com equipe cientificamente preparada, será confrontando os problemas que vêm emergindo na sua prática diária que a

educadora superará suas dificuldades.

É claro que nada disso se faz da noite para o dia e sem luta. Tudo isso demanda um grande esforço, competência, condições materiais e uma impaciente paciência.

As vezes não posso deixar de rir, quando certas críticas dizem que não "penso nada de concreto". Haverá muitas coisas mais concretas do que lutar para reparar 50 escolas esfaceladas? Haverá algo mais concreto do que pensar teoricamente a reformulação do currículo? Será que é vago e abstrato visitar sistematicamente as escolas da rede, duas manhãs por semana, e discutir seus problemas concretos com diretoras, professoras, alunos, zeladores?

Finalizando esta conversa gostaria de dizer aos educadores e às educadoras com quem tenho agora a alegria de trabalhar que continuo disposto a aprender e que é porque me abro sempre à aprendizagem que posso ensinar também.

Aprendamos ensinando-nos.

PAULO FREIRE